Valor

Especial Saneamento

Péricles Weber, da Iguá: aproximação com startups deve acelerar a inovação no setor. H2

Expansão da rede

Marco legal deve promover prestação regionalizada de serviços. Por **Roberto Rockmann**, para o Valor, de São Paulo

A aprovação do novo marco regulatório do saneamento deverá representar a abertura de um setor hoje liderado por empresas estaduais, com cerca de dois terços dos negócios. Investidores já se movimentam diante das oportunidades: estimativas do mercado apontam que, com a universalização dos serviços de água e esgoto, a receita poderia pular de R$ 60 bilhões anuais para R$ 110 bilhões. As oportunidades coincidem com os desafios: nos próximos meses, governo e agência reguladora deverão divulgar decretos e normas sobre alguns pontos polêmicos da legislação, o que poderá ditar o ritmo do avanço das medidas e da abertura.

A lei traz novidades. Uma delas é que a Agência Nacional das Águas (ANA) deverá criar normas de referência a serem usadas em Estados e municípios e irá estabelecer uma metodologia para a indenização dos ativos não amortizados, um ponto sensível que pode trazer polêmica principalmente nas regiões metropolitanas.

A nova legislação busca promover a prestação regionalizada de serviços de água e esgoto e pode facilitar a privatização de ativos, o que traz incertezas. Em acórdão de 2013, o Supremo Tribunal Federal avaliou que nas regiões metropolitanas a governança deve ser compartilhada por buscar o interesse comum. "Há um enorme desafio de operacionalizar a governança para esse caráter integrado porque o Estado não pode prevalecer", diz Mario Engler, presidente do conselho da Sabesp e da Corsan (RS).

Outro ponto de incerteza é que muitas companhias estaduais mantêm contratos com municípios que terão de ser revisados. Em alguns deles, as cidades podem romper os acordos se houver mudança de controle. "Assinamos com a Sabesp, mas se houver privatização nosso contrato é nulo. Estou pronto para uma guerra de tribunais", afirma o prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB-SP).

O término de assinatura de novos contratos de programa também traz preocupação. O texto aprovado na Câmara apontava que eles poderiam ser renovados por 30 anos a partir do fim de 2022, mas isso foi vetado pela Presidência da República. Uma sessão da Câmara, sem data marcada, deverá analisar esse e outros cinco vetos. O assunto é polêmico. "Atrapalha porque é preciso uma transição e é preciso dar voz ao prefeito", diz o deputado federal Fernando Monteiro (PP-PE), da frente parlamentar mista em defesa do saneamento.

Para o presidente do Banco Fator, Gabriel Galipolo, é preciso analisar a questão com visão ampla. "Não podemos nos perder nessa oposição entre público e privado, há interação entre os dois", afirma. "Muitos investidores não querem negociar com 300 ou 400 cidades, mas com uma estatal que seja seu anteparo jurídico. Não se pode eliminar as estatais de uma vez."

Segundo o executivo do Fator, se as estatais "não podem renovar seus contratos, isso poderá desmontar os seus ativos e a estrutura oferecida a vários municípios. Os agentes privados só atenderão onde a tarifa irá remunerar o serviço".

O interesse do setor privado pode ser medido por um número. Hoje a receita de empresas públicas e privadas estaria em cerca de R$ 60 bilhões anuais. Com a universalização, poderia subir para R$ 110 bilhões por ano, diz o presidente do Conselho de Administração da Águas do Brasil, Carlos Henrique da Cruz Lima. "São US$ 10 bilhões a mais que podem ser criados e poderão ter importante participação das empresas privadas, que hoje ainda têm baixa presença", destaca.

Um dos principais pontos do marco é fazer com que as concessionárias tenham de mostrar capacidade financeira para atingir a universalização entre 2033 e 2040. Se não tiverem, elas serão forçadas a buscar alternativas de financiamento, como o capital privado. Em 30 de julho, o governo anunciou o início da consulta pública sobre esse ponto, processo que deverá durar 20 dias. Nesse período, será feita uma audiência pública. É um tema que pode gerar polêmica.

Segundo especialistas, mais de dez empresas estaduais não teriam capacidade para cobrir custos operacionais e fazer investimentos frente às demandas do mercado. Hoje essa questão regulatória ficou à margem dos vetos presidenciais.

A abertura do mercado, hoje liderado pelas companhias estaduais, atrai vários investidores nacionais e internacionais, como Equatorial, CCR, Vinci e fundos de investimento. "Adicione-se a isso o câmbio atual, que dá um aumento de 50% ao poder aquisitivo a vários fundos institucionais interessados em investir em infraestrutura aqui e que quando começaram seus aportes viviam com um dólar a R$ 3,50", diz Renato Sucupira, sócio da BF Capital.

O crescimento do mercado deve ser acompanhando pela ampliação das fontes de financiamento, hoje concentradas em operações da Caixa Econômica Federal e do BNDES. Também poderá representar abertura de capital de empresas que operam na área, sendo que hoje apenas três estaduais têm ações em bolsa. Logo após a aprovação do novo marco, o Santander anunciou a criação de uma linha de R$ 5 bilhões destinada à viabilização de iniciativas do setor. As operações de curto a longo prazo (até 16 anos) poderão ter o custo reduzido conforme o cumprimento de metas ESG (sigla em inglês para meio ambiente, sociedade e governança).

A GS Inima já buscou informações sobre a novidade. "Estamos em busca de alternativas de crédito e o novo marco melhorou as condições", diz o presidente, Paulo Roberto de Oliveira. A empresa se prepara para emitir R$ 100 milhões em debêntures, sua primeira emissão de títulos privados.

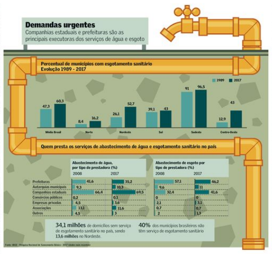
Nos últimos anos, a Aegea vem buscando ampliar a parcela do crédito privado no financiamento dos projetos. Hoje cerca de dois terços estão com o mercado de capitais. Em maio, a empresa fez sua segunda emissão de debêntures de infraestrutura, com lançamento de R$ 300 milhões e prazo de cinco anos.

"Há demanda de fundos pelos papéis", afirma o presidente, Radamés Casseb, que estima que, se mantida a atual rota, o caminho para abertura de capital da concessionária privada é inexorável e poderá chegar daqui a dois anos, quando os projetos de investimentos estiverem maduros.

A BRK Ambiental está de olho no crescente movimento dos "green bonds", títulos de dívida atrelados a ativos capazes de trazer benefícios sociais e ambientais. "Já começamos a estudar o monitoramento dos impactos sociais e ambientais dos investimentos e estamos olhando essas emissões porque há uma demanda dos investidores por títulos responsáveis", diz a presidente da empresa, Teresa Vernaglia.

O lançamento dos primeiros títulos poderia ocorrer em 2021 ou 2022. A empresa está de olho também na tramitação do Projeto de Lei 2646, que tramita no Congresso e poderá destravar o mercado de debêntures de infraestrutura para que fundos institucionais e seguradoras apliquem recursos na aquisição desses papéis. Hoje esse é um segmento cuja demanda é orientada pelas pessoas físicas, que contam com isenção do Imposto de Renda na aquisição dos papéis.

O projeto, do deputado João Maia (PL-RN) prevê redução de impostos cobrados aos emissores dessas debêntures. Essa é a principal diferença em relação à Lei 12.341, em que o benefício é dado ao investidor que compra os títulos emitidos.



Leilões em setembro podem movimentar R$ 7,5 bilhões

De São Paulo

O mês de setembro promete ser movimentado para os executivos e advogados do setor de saneamento. Três grandes licitações estão previstas — que envolvem ativos que atendem a mais de 3,5 milhões de usuários em três Estados e podem movimentar mais de R$ 7,5 bilhões em investimentos.

As disputas poderão trazer novos players para o setor, como a Equatorial, empresa de energia elétrica que pode fazer sua estreia no setor e já manifestou interesse no maior certame: o da região metropolitana de Alagoas. Já as empresas que atuam na área, como Aegea, Águas do Brasil, BRK e GS Inima, estudam os ativos. Se forem bem-sucedidos, os leilões poderão contar com parte expressiva do financiamento costurada com o mercado de capitais, o que indicaria o início de um novo momento para o segmento.

Para 30 de setembro está previsto o leilão da concessão regionalizada dos serviços de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Maceió, modelado pelo BNDES para a Casal, a companhia estadual. A região soma cerca de 1,5 milhão de habitantes, de um total de 3,3 milhões em Alagoas. A concessão prevê investimentos de R$ 2,6 bilhões, sendo R$ 2 bilhões nos primeiros 8 anos.

A Sanesul, que opera em Mato Grosso do Sul, deve receber em 17 de setembro as propostas para o projeto de PPP (Parceria Público-Privada). A sessão pública da concorrência está marcada para dia 23. De acordo com o secretário de governo e gestão estratégica, Eduardo Riedel, o projeto garante um investimento de R$ 3,8 bilhões e uma tarifa sem custo adicional para os usuários. O projeto beneficia 1,7 milhão de habitantes dos 68 municípios atendidos pela empresa estatal.

"Discutimos profundamente a participação do setor privado na empresa, com o único objetivo de poder levar esgotamento sanitário a cada cidadão do Estado e essa é uma etapa importante para este ano", afirma Riedel.

No Espírito Santo, a Cesan, a companhia estadual capixaba, deve realizar no início de setembro a licitação da PPP para universalizar o serviço de coleta e tratamento de esgoto no município de Cariacica. O valor do investimento é superior a R$ 1,3 bilhão e abrange também parte do tratamento de esgoto de Viana. O investimento vai beneficiar mais 400 mil pessoas ao dobrar a cobertura, hoje de 48%.

Há expectativa também sobre o Rio de Janeiro e a Cedae, a companhia que atende o Estado. Em 8 de junho, o BNDES lançou para consulta pública o maior edital de concessão do país: a estimativa de investimento é de R$ 33,5 bilhões. É uma quantia maior que a prevista, por exemplo, para a relicitação da via Dutra, a rodovia que interliga os Estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

Pelo modelo concebido pelo BNDES, o Estado do Rio será dividido em quatro grandes blocos de concessão, de forma a tornar viável a operação e garantir os investimentos necessários para todas as regiões, sem necessidade de aumento tarifário.

A expectativa inicial era de que edital de licitação deveria ser publicado no terceiro trimestre de 2020, para que o leilão fosse realizado no quarto trimestre deste ano, mas empresários e advogados acreditam que ele poderá ser lançado apenas no próximo ano. A cidade do Rio de Janeiro já levantou questionamentos à concessão. Assinar contratos com os municípios da Baixada Fluminense é outro ponto de dúvida.

O Rio Grande do Sul também estrutura com o BNDES cinco novos lotes regionais de concessão para saneamento no interior que poderão envolver R$ 5 bilhões em investimentos para mais de dois milhões de gaúchos. A licitação poderia ser feita em 2021, diz Bruno Vanuzzi, secretário extraordinário de parcerias do Rio Grande do Sul.

No Piauí, o governo trabalha com dois estudos de projetos na área de saneamento, que terão como âncoras as cidades de Picos e Floriano, com intenção de ampliar a cobertura de serviços de água e esgoto para o interior do Estado. Somados, os projetos podem envolver mais de R$ 1 bilhão em investimentos, mas a aprovação depende do aval das câmaras municipais, o que deverá fazer com que a iniciativa seja destravada em 2021, diz Viviane Moura, superintendente de Concessões e Parcerias do governo piauiense. *(RR)*